



INFORMATIVO NUGEP
Poder Judiciário do Maranhão
Ano II - Edição Nº 03



A eficácia plena dos IRDRs 1 e 2 do TJMA

O NUGEPNAC e a Assessoria Jurídica da Presidência esclarecem pontos relevantes sobre os IRDRs 1 e 2 do TJMA (Ações dos 21,7% e 6,1%, respectivamente). Ambos já tiveram trânsito em julgado e suas teses podem ser aplicadas às demandas presentes e futuras, observando-se o caso concreto.



Juiz maranhense integra GT do CNJ

O juiz maranhense Anderson Sobral de Azevedo, membro da Comissão Gestora de Precedentes do TJMA e do Centro de Inteligência da Justiça Estadual, foi designado pela Presidência do CNJ para integrar o Grupo Operacional do Centro de Inteligência do Poder Judiciário (CIPJ).

VO CÊ SA BIA



Que o IRDR brasileiro tem inspiração no direito alemão?

O procedimento-modelo (Musterverfahren) foi fruto da iniciativa de juízes de 1º grau da cidade de Munique, ainda na década de 1970, tendo a Corte Constitucional alemã decidido pela constitucionalidade da técnica de processamento (que somente depois integrou o ordenamento legal), entendendo tratar-se de uma solução prática e consentânea com os princípios constitucionais, especialmente o do acesso à justiça e da inafastabilidade da prestação jurisdicional.

(Fonte: Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Sistematização, análise e interpretação do novo instituto processual. Aluísio Gonçalves de Castro Mendes. Rio de Janeiro: Forense, 2017).

TJMA acaba de admitir mais um IAC fixando tese

Trata-se do IAC Nº 0813969-98.2020.8.10.0000 sobre a contratação direta de escritório de advocacia por município, tendo por objeto cumprimento de sentença e a fixação de honorários com base em valores do FUNDEF/FUNDEB.

Tese fixada: "É nula a contratação, via inexigibilidade de licitação, de serviços advocatícios voltados ao cumprimento de sentença oriunda da ACP Nº 5061627.1999.4.03-6100, sendo incabível, em qualquer hipótese, o destaque de valores recompostos ao FUNDEF/FUNDEB para pagamento de honorários advocatícios".

IRDR 8 do TJMA, sobre a promoção de militares, virou tema no STF

Cuida-se do IRDR Nº 0801095-52.2018.8.10.0000, dos primeiros IRDRs a ter a Repercussão Geral discutida no STF, agora transformado em Tema 1131, será julgado tendo como leading case o RE Nº 1291875/MA.

STF decide sobre a repercussão geral do tema 493

O STF reviu o Tema 493 e decidiu pela não repercussão geral sobre a constitucionalidade da progressão funcional prevista na Lei Nº 6.110/94 (Maranhão). A decisão autoriza o julgamento de todas as ações afetadas na Justiça maranhense.



FIQUE POR DENTRO



Foto: Gil Ferreira/CNJ

O CNJ realizou sua primeira reunião do GT de sistema de precedentes

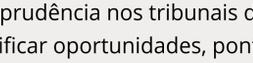
O primeiro encontro foi destinado a elaborar estudos e propostas para o fortalecimento dos precedentes judiciais.



Foto: Lucas Castor/CNJ

Comitê do CNJ inicia diagnóstico sobre serviços de jurisprudência no Brasil

O comitê criado pelo CNJ realiza diagnóstico dos serviços de jurisprudência nos tribunais do país. Objetivo é identificar oportunidades, pontos relevantes de atuação e os avanços já alcançados.



Sistema de precedentes foi destaque no webnário 4.0

Confira o que rolou no evento promovido pelo CNJ e CJF



Imagem: CNJ

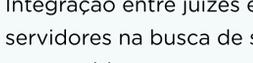
Sistema de precedentes é avanço para Judiciário

Painel debateu fortalecimento dos precedentes para a estabilidade e segurança jurídica.



Centros de Inteligência funcionam por meio da colaboração

Integração entre juízes e servidores na busca de soluções para problemas comuns é o ponto forte dos centros de inteligência.



CNJ instala Centro de Inteligência do Poder Judiciário

O anúncio foi feito durante painel que tratou sobre o tema durante o webinar Programa Justiça 4.0 e visa estimular criação de centros nos tribunais.



Justiça pode reagir à litigiosidade com Centros de Inteligência

Os Centros de Inteligência do Judiciário podem ser estratégicos no combate ao fenômeno da litigiosidade excessiva na Justiça brasileira.

